

Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de para os do idos fins.

Conceição de Maria Lages Roarigues Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

para relatar.

Presidente Comissão de Constituição



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

MENSAGEM DO GOVERNO n° 9**1**/GG, Teresina-Pi, 07 de dezembro de 20015, PROJETO DE LEI n° 69, de 07 de dezembro de 2015, que:

"Altera e acrescenta dispositivos da Complementar nº 38, de 01 de novembro de 2003, da Lei nº 6.560, de 22 de julho de 2014 e dá outras providencias".

AUTOR: GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

RELATOR: DEP. ROBERT RIOS (PDT)

I – RELATÓRIO

Nos termos do inciso VI do art 47 e art.s 59, 61 e 139 do Regimento Interno, recebi a presente proposição para emitir parecer sobre a constitucionalidade da matéria, observando sua adequação aos princípios e normas esculpidos na Constituição Federal/88, Constituição Estadual/89 e demais leis atinentes à espécie.

A proposição faz parte do Processo Legislativo na forma da alínea "b" do inciso II do § 2º do art. 75 da Constituição Estadual/89, que normatiza a competência privativa do governador da iniciativa de proposição que objetive alteração no Estatuto dos servidores públicos.

O projeto entelado tem como objetivo a inclusão do requisito escolaridade como condição para o enquadramento e para a movimentação funcional dos referidos servidores.

O projeto obviamente motivará o aperfeiçoamento educacional e intelectual dos servidores públicos, que procurarão frequentar inclusive a Escola da Administração para efeito de complemento curricular.

II – VOTO DO RELATOR

Desta forma, observa-se que o projeto está em consonância com a norma constitucional em vigor, cumpriu os trâmites legais, pelo que voto pela sua normal tramitação e aprovação, É o parecer.

(x) pela aprovação

) pela rejeição

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 10 de dezembro de 2015.

DEP. ROBBET RIOS (PDF)

relator

APROVADO A UNANHADADE

Presidente on compando de

Angua 6 atrudura